

# VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

## *EXPERIENCING AN EXPERIENCE IN THE INCLUSION PROCESS*

Neusa de Fátima da Silva<sup>1</sup> (IFGoiano)

Rosane Martins de Oliveira Rodrigues<sup>2</sup> (IFGoiano)

Vanessa de Araújo Lopes<sup>3</sup> (IFGoiano)

**Resumo:** Este artigo relata uma pesquisa que buscou oferecer a formação continuada para professores, nos moldes de minicurso, cujo tema retratou a Educação Especial numa perspectiva da Educação Inclusiva. À vista disso, utilizou-se a plataforma do *Facebook* para a realização desse momento formativo, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas do professor regente, bem como a expectativa de um “novo” fazer pedagógico no espaço escolar onde se encontram alunos com deficiência. Este trabalho contou com a participação de 14 professores, que ministram aulas no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em escolas públicas estaduais do sudeste goiano. Também, apresenta resultados e discussões, os quais nos levam à conclusão de que existe um percentual expressivo de profissionais da educação que almeja a formação continuada no contexto da Educação Especial. Por conseguinte, encontramos neste grupo de professores uma minoria que ainda se encontra indiferente ao processo da inclusão. Por fim, foram constatadas limitações quanto a equipamentos e recursos didáticos específicos no ambiente escolar para atendimento aos alunos com deficiência, o que, muitas vezes, inviabiliza o atendimento das reais necessidades advindas destes que precisam de recursos pedagógicos adequados para aquisição dos conteúdos científicos. A pesquisa caminha numa investigação qualitativa e se respalda na legislação brasileira, bem como em autores como Freitas (2014), Lima e Tavares (2012), Mantoan (2006), Oliveira (2018), Prieto (2006), Silva e Urt (2017), Saviani (2001) dentre outros, que discutem sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Alunos com deficiência. Formação continuada. Minicurso. *Facebook*. Professor.

**Abstract:** *This article reports a research that sought to offer continuing education for teachers, in the form of a short course, whose theme portrayed Special Education from a perspective of Inclusive Education. In view of this, the Facebook platform was used to carry out this formative moment, aiming to strengthen the pedagogical practices of the regent teacher, as well as the expectation of a “new” pedagogical practice in the school space where students with disabilities are found. This work had the participation of 14 teachers, who teach classes in Middle School and High School, in state public schools in southeastern Goiás. It also presents results and discussions, which lead us to the conclusion that there is an expressive percentage of education professionals who aspire to continuing education in the context of Special Education. Therefore, we find in this group of teachers a minority that is still indifferent to the inclusion process. Finally, limitations were found regarding equipment and specific*

---

<sup>1</sup> Aluna especial de Mestrado Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino para a Educação Básica - (PPG-ENEB) pelo IF Goiano. E-mail: neusa.silva@educ.go.gov.br

<sup>2</sup> Mestranda Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino para a Educação Básica - (PPG-ENEB) pelo IF Goiano. E-mail: rosane.rodrigues@educ.go.gov.br

<sup>3</sup> Mestranda Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino para a Educação Básica - (PPG-ENEB) pelo IF Goiano. E-mail: vanessalopes1804@hotmail.com

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

*teaching resources in the school environment to assist students with disabilities, which often makes it impossible to meet the real needs arising from those who need adequate pedagogical resources to acquire scientific content. The research follows a qualitative investigation and is supported by Brazilian legislation, as well as by authors such as Freitas (2014), Lima and Tavares (2012), Mantoan (2006), Oliveira (2018), Prieto (2006), Silva and Urt (2017), Saviani (2001) among others, who discuss the inclusion of people with disabilities.*

**Keywords:** *Students with disabilities. Continuing education. Mini course. Facebook.*

## **Introdução**

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu Art. 2º, é estabelecido:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Também, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no Art. 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001, p. 8).

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p. 330).

Segundo Freitas, “compreender o processo de inclusão sob o viés da formação do professor é imprescindível, considerando-se a necessidade que se tem, de entender as especificidades de uma prática inclusiva” (FREITAS, 2014, p. 5). Saviani (2001), por sua vez, pontua que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que ele é o mediador do ensino-aprendizagem. Dessa forma, é pertinente considerar que o sucesso da inclusão escolar está sujeito, em grande medida, ao trabalho pedagógico realizado pelo professor dentro da sala de aula, pois ele deve estar habilitado para responder as necessidades individuais de seus alunos, propondo situações de ensino-aprendizagem satisfatórias para todos.

O educador precisa ter capacidade para saber conviver com as diferenças, e lidar com os próprios preconceitos e superá-los, é necessário que ele saiba que cada deficiência exige uma estratégia diferente e materiais que ajude o aluno a se orientar melhor em sala de aula dando-lhe apoio e confiança, já que cada aluno tem seu ritmo próprio, é preciso paciência e determinação para que todos os alunos alcance o objetivo desejada (MACHADO, 1996, p. 103-4).

Prieto (2006) faz uma reflexão sobre a formação de docentes no âmbito da educação inclusiva, ressaltando que os sistemas educacionais que se encontram comprometidos com a qualidade do ensino devem assegurar a formação continuada a seus docentes. Ainda ressalta que esses sistemas precisam garantir que os professores estejam capacitados com a finalidade de implementar novas práticas pedagógicas para considerar as características dos seus alunos, inclusive, os que possuem necessidades educativas especiais. A autora enfatiza que os professores exerçam a prática de:

(...) analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como (...) elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seus planejamentos e aprimorar o atendimento aos alunos (PRIETO, 2006, p. 58).

Também, temos Mantoan (2006), sinalizando que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança do professor em saber lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceção. À vista disso, torna-se oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos de formação continuada que discutam estratégias educacionais inovadoras e arrojadas, visando à participação ativa e consciente de todos estes profissionais imbuídos no processo de ensino-aprendizagem.

É importante esclarecer que estas são, sem dúvida, medidas essenciais, entretanto não suficientes para que a inclusão de alunos com deficiência se efetive no sistema regular de ensino e, assim, possibilite o resgate de sua cidadania e amplie suas perspectivas existenciais.

Vale ressaltar que existe outro agravante dentro dos muros da escola: são as barreiras atitudinais. Estas são relativas ao comportamento e à atitude por parte de alguns profissionais da educação em relação às pessoas com deficiência, barreiras estas que precisam ser rompidas, fazendo com que haja uma conversão de atitudes de todos os envolvidos no processo educacional.

Nessa perspectiva, Lima e Tavares (2012) reforçam a importância da quebra das barreiras e destacam que a inclusão só será verdadeiramente efetivada quando as pessoas deixarem de ignorar os diferentes sob o contexto de uma igualdade homogênea, pois desconsiderar as diferenças e as particularidades geram o aumento da desigualdade.

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (LIMA e TAVARES, 2012, p. 104)

Dessa forma, objetivando a ruptura com ações discriminatórias e silenciosas dentro do ambiente escolar, o produto educacional em questão vislumbrou a quebra de paradigmas, a conversão de ideias e de ideologias preconceituosas, a mudança gradativa de postura e de atitudes dos profissionais da educação que atuam na rede pública estadual com

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

alunos que possuem deficiência no ensino básico, proporcionando a todos, com ou sem deficiência, oportunidades ímpares para obtenção de independência social, profissional e pessoal.

Diante da excepcionalidade e da urgência em atender esta necessidade, é que se materializou o produto educacional no qual tivemos como recurso didático a rede social *Facebook*, num processo colaborativo na construção do conhecimento. Nesta rede social, foram apresentadas propostas de estudo e trabalhos pedagógicos, tais como: leituras (científicas, informativas e legislativas), vídeos e atividades reflexivas.

Vale ressaltar que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é uma alternativa eficaz que possibilita a despadronização dos processos e metodologias de aprendizagem, pois criam oportunidades singulares reestruturando as relações entre os aprendizes, bem como reorganizando novos espaços de construção do conhecimento.

Percebe-se que o *Facebook* é uma ferramenta eficaz quando utilizada como recurso de aprendizagem no ensino presencial ou à distância. De acordo com Ferreira, Corrêa e Torres (2012, p.8), “[...] permite que o professor ressignifique a forma de aprender, num contexto mais interativo, participativo traz grande familiaridade com o ambiente do *Facebook*, isso facilita a mediação pedagógica e a interação”.

A meta alcançada nesta proposta de trabalho foi a construção/retroalimentação/hidratação do conhecimento já adquirido entre os profissionais da educação, visando, assim, a novas perspectivas educacionais, tendo por coadjuvantes os professores regentes que atuam no Ensino Básico, em escolas públicas estaduais do Sudeste goiano e que possuem alunos com deficiência em suas turmas.

Por fim, acredita-se que formações continuadas à distância são de grande eficácia para a prática docente e que o recurso virtual poderá ser um dos carros-chefes interventivos do futuro.

A metodologia expressa-se através do uso da interface *Facebook*, uma proposta respaldada por autores como Ferreira, Machado e Romanowski (2013), que retratam a formação continuada através do uso das redes sociais, vendo-a como meio de intervenção, no que se refere ao processo de ensino aprendizagem. De tal modo, o *Facebook* é classificado na literatura como potencializador de práticas pedagógicas, favorecendo o processo de formação continuada dos docentes.

Segundo Oliveira (2018, p. 9), “no contexto virtual do *Facebook*, os participantes, por meio de experiências compartilhadas sobre a prática docente”, têm a oportunidade de ressignificar suas práticas através de seus pares, pois é neste espaço virtual que as discussões e reflexões conjuntas relacionadas às práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar acontecem de forma expressiva e formativa.

Vale ressaltar que o intuito deste produto educacional foi contribuir significativamente com a prática pedagógica no que concerne à inclusão, auxiliando os professores que lidam diretamente com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais no contexto da sala de aula e que, em momentos diversos, sentem-se inseguros na realização desta tarefa diária, especialmente por falta de formação continuada.

## **METODOLOGIA**

A metodologia aplicada teve por objetivo o fortalecimento das práticas pedagógicas e na quebra de barreiras atitudinais dos docentes que atuam na Educação Básica em escolas públicas estaduais do Sudeste goiano no que se refere às pessoas com deficiência que se encontram no espaço da sala de aula.

Para a construção das metodologias, aliou-se a Silva e Urt (2017) que fazem a seguinte afirmação: “a contribuição do *Facebook*, poderá ser significativa, tanto na atividade docente quanto na própria formação de professores, por encerrar em seus serviços múltiplas possibilidades” (SILVA e URT, 2017, p. 9). Dessa forma, pode-se afirmar que a rede social *Facebook* contribui de forma expressiva no processo de formação do docente, bem como em sua atuação profissional.

Em atenção ao conceito de investigação qualitativa, esta formação pretendeu-se, em seu primeiro momento, mapear as literaturas que discutem sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica, no sentido promover maior compreensão no que se refere aos direitos dos indivíduos/alunos segundo legislação vigente.

A proposta foi ancorada num referencial teórico científico, bem como em documentos (leis, decretos e resoluções) que deram sustentação ao minicurso, potencializando as práticas pedagógicas dos docentes que necessitavam destas para um “novo” fazer pedagógico.

Para atingir um espaço educacional mais amplo, foram selecionados professores da Educação Básica de cinco unidades escolares estaduais. Para realização da seleção, levou-se em consideração se os professores tinham em suas turmas alunos com deficiência, indicador que contribuiu para validação do produto educacional.

Após anuência dos participantes, foi criado no *Google Forms* um questionário com questões abertas e fechadas. Estas questões foram respondidas pelos participantes, dando direcionamento para seleção de material científico, bem como para a estruturação do programa de formação continuada.

Para dar continuidade à proposta do minicurso, foi criado um grupo fechado no *Facebook* denominado “A Inclusão sob um novo olhar”. Os colaboradores desse grupo eram professores em exercício da docência e as mediadoras do projeto. Os conteúdos selecionados foram documentos legais (leis, decretos e normativas), textos e vídeos. Estes conteúdos foram direcionados com a finalidade de formação continuada, nos quais os participantes puderam fazer suas intervenções, questionamentos e postagens complementares. Por fim, foi proposto aos docentes que realizassem a aplicação de uma atividade envolvendo todos os alunos, independentemente de sua condição física ou intelectual.

Encerrado o minicurso, foi aplicado um questionário aos cursistas com o objetivo de validar o produto educacional. As respostas foram tabuladas a fim de verificar se o minicurso contribuiu de forma potencializadora com as práticas pedagógicas dos docentes.

Concluído o processo, o grupo no *Facebook* “A Inclusão sob um novo olhar”, foi aberto para comunidade virtual (Figura 1). O grupo teve o intuito de continuar propagando a proposta da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

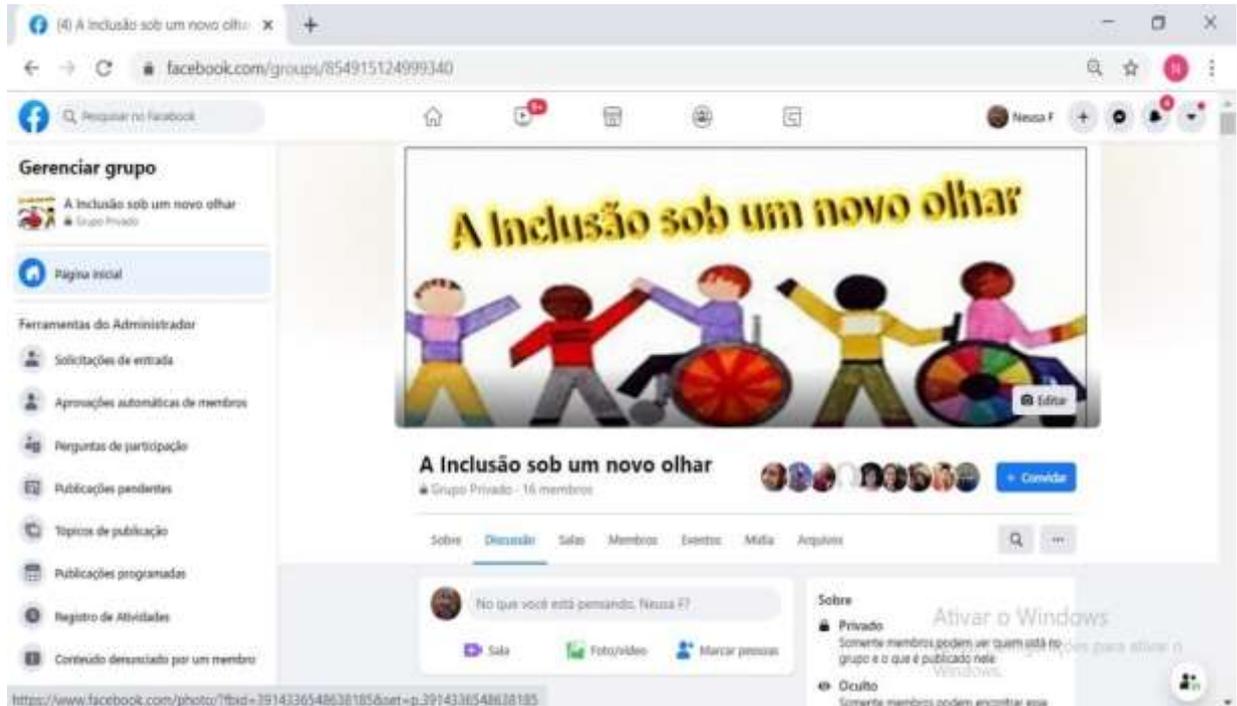


Figura 1: Grupo no *Facebook* “A inclusão sob um novo Olhar”.  
Fonte: Autoras/2020.

Após a inclusão dos participantes, iniciaram-se as postagens dos conteúdos para fins de formação. Foram apresentadas sete propostas ao longo do curso, através de vídeos. Primeira: sensibilização e reflexão sobre as pessoas com deficiência. Segunda: “Linha do tempo da História da Educação Inclusiva”. Ele retratava a luta histórica, os grandes avanços, e a importância da quebra de barreiras para a efetivação da inclusão. Terceira: diferencial entre Educação Inclusiva e Educação Especial. Quarta: relato da evolução do direito do aluno com deficiência dentro do sistema educacional. Quinta: lista de filmes referente às deficiências com o objetivo de sensibilização. Sexta: entrevista com a educadora Capellini (2015) reforçando a linha do tempo da Educação Inclusiva e seus avanços. Sétima: entrevistada Mantoan (2018), sobre “Acolhimento de alunos com deficiência deve ser pensado caso a caso” e apresentação de depoimentos de professores e comunidade escolar que realizaram experiências exitosas na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em duas escolas.

Por fim, foi solicitado que os cursistas/colaboradores gravassem um vídeo apresentando uma prática exitosa em sala de aula. A proposta era que tivesse a participação de todos os alunos, independentemente de possuir ou não deficiência. Os vídeos gravados foram postados no grupo do *Facebook* para que todos os participantes pudessem assistir às filmagens com o intuito fortalecer as práticas pedagógicas dos cursistas.

Em todas as sete propostas, foram ofertadas sugestões de atividades para que os membros do grupo tivessem a oportunidade de realizar suas contribuições sobre o que lhes foi apresentado, oportunidade que favoreceu a participação maciça dos cursistas. Além das propostas, foi sugerida a leitura de Mantoan (2006), uma vez que a autora faz um recorte valioso sobre a inclusão escolar.

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apreciação e a compreensão deste trabalho, elaborou-se a tabela abaixo apresentando o questionário aplicado, cuja estrutura utilizada foi a de Likert e que mostra resultados que possibilitaram a análise e avaliação do produto educacional. Os resultados neste contexto são baseados nas colaborações dos participantes no decorrer do minicurso.

QUESTIONÁRIO I					
Questões	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1. A formação possibilitou aprendizado sobre a legislação que trata da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva?	50,0%	50,0%			
2. A literatura (vídeos e leituras) apresentada contribuiu para sua formação?	50,0%	50,0%			
3. Após os estudos realizados no grupo “A inclusão sob um novo olhar”, você considera necessárias a elaboração e a aplicação de atividades flexibilizadas e/ou adaptadas?	42,9%	50,0%	7,1%		
4. Você pretende se manter atualizado sobre o tema: Educação Especial na perspectiva inclusiva, visando a uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem?	64,3%	35,7%			
5. Houve quebra da barreira atitudinal, após sua participação no Minicurso?	35,7%	35,7%	28,6%		
6. O Minicurso contribuiu para o fortalecimento da sua prática pedagógica no que se refere à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva?	50,0%	42,9%	7,1%		
7. Os vídeos com as experiências exitosas publicadas pelos membros do grupo “A inclusão sob um novo olhar” contribuíram para o fortalecimento da sua prática pedagógica?	50,0%	42,9%	7,1%		
8. A proposta do Minicurso foi satisfatória?	50,0%	50,0%			
9. A formação que propomos foi interessante?	42,9%	57,1%			
10. Você participaria de outra formação nesse modelo (Facebook)?	42,9%	42,9%	7,1%	7,1%	

Quadro 1: Questionário I.

Fonte: Autoras, 2020.

Ao analisar a tabela 1 de acordo com as perguntas descritas, no item I, percebe-se que a formação, através do minicurso, possibilitou aos cursistas a aprendizagem sobre a legislação que trata da Educação Especial, uma vez que todos os participantes sinalizaram que houve aprendizado.

No item 2, os recursos didáticos tiveram aceitação de todos os cursistas,

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

proporcionou uma aprendizagem no que se refere à Educação Inclusiva. Vale ressaltar que, a cada atividade postada, os cursistas mantiveram-se participativos e envolvidos na realização das propostas.

No item 3, constatou-se que os cursistas têm consciência e concordam que as atividades flexibilizadas ou adaptadas são essenciais para que a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam efetivadas. Todavia, vale ressaltar que, nesta questão, um cursista se mostra indiferente quanto à necessidade de realizar as flexibilizações curriculares.

No item 4, quanto à formação continuada, no que se refere às práticas pedagógicas e conhecimentos científicos sobre Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, observa-se que os participantes veem a formação continuada como auxiliadora das práticas pedagógicas em sala de aula.

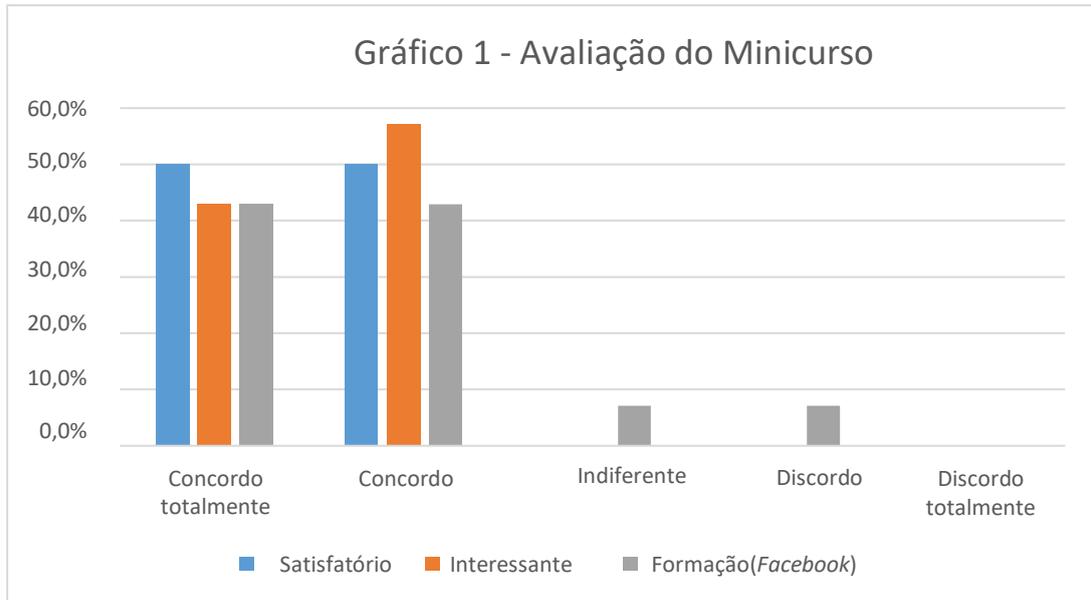
No item 5, quanto à quebra de barreiras atitudinais, dos quatorze participantes do minicurso, dez cursistas reconhecem que através da formação houve mudanças de atitudes no que se refere às pessoas com deficiências. No entanto, quatro participantes consideraram que o minicurso não fez diferença no aspecto da quebra de barreiras. Aqui, cabe-nos uma inferência sob duas vertentes: ou os quatro cursistas que responderam negativamente quanto à quebra de barreiras atitudinais não têm consciência de que elas estão arraigadas em sua prática pedagógica, ou não acreditam na potencialidade dos alunos com deficiência e, por isso, não investem nas flexibilizações curriculares.

No item 6, percebe-se que a maioria dos cursistas considerou que o minicurso contribuiu para o fortalecimento da prática pedagógica, pontuando positivamente o produto educacional ministrado através do *Facebook*. Dentro deste questionamento, apenas um cursista não encontrou no minicurso possibilidades de melhoria em sua prática pedagógica no que se refere ao processo da inclusão das pessoas que possuem deficiência.

No item 7, os cursistas consideraram os vídeos, com os depoimentos dos membros do grupo, como potencializadores de sua prática pedagógica. Vale informar que um dos cursistas, mesmo após ouvir os depoimentos dos colegas, não reconheceu que as atividades propostas contribuíram para sua prática pedagógica.

Nos itens 8, 9 e 10, possibilitou-se a avaliação do produto educacional pelos cursistas, a saber: no que se refere à satisfação e à atratividade, houve aprovação de 100%. Quanto à participação em outra formação continuada, através de redes sociais, em destaque o *Facebook*, obteve-se o seguinte resultado: doze cursistas sinalizaram positivamente sua participação nestes moldes, no entanto, um é indiferente e um discorda.

Esta avaliação pode ser compreendida através do Gráfico 01.



Fonte: Os participantes do minicursos/2020.

Mediante a análise realizada, conclui-se que o minicurso apresentou relevância na formação dos professores cursistas, fortalecendo as práticas pedagógicas de grande parte desses profissionais da educação.

Através dos comentários postados no minicurso, percebe-se o anseio dos cursistas no que se refere à formação continuada no contexto da Educação Especial na perspectiva inclusiva, bem como as limitações quanto aos equipamentos e materiais didáticos específicos para atendimento aos alunos com deficiência, o que, muitas vezes, inviabiliza o atendimento das reais necessidades advindas destes que precisam de um tempo maior para o desenvolvimento de suas potencialidades.

### Considerações finais

Percebe-se que o processo da inclusão das pessoas com deficiência no contexto das escolas regulares ainda tem muito a avançar, principalmente no que diz respeito à quebra de barreiras da comunidade escolar. Ressalta-se que é na escola que o processo de oportunidades e equidades poderá se materializar para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas e/ou intelectuais, a partir de um novo fazer pedagógico.

Um fator agravante dentro dos muros da escola que dificulta a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência é a falta de equipamentos e de materiais didáticos específicos para o atendimento dos alunos de forma igualitária, bem como propostas de formações continuadas voltadas para os processos de inclusão.

Vale salientar que esses fatores são essenciais para o desenvolvimento do processo em questão e, se não for efetivado, inviabiliza o atendimento das reais necessidades advindas dos alunos que possuem deficiência. Nesse sentido, infere-se que a escola tem desempenhado o seu papel de modo parcial, ficando em desacordo no que se refere ao cumprimento total de

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

leis, decretos e resoluções já legitimados.

Diante dos entraves que existem no processo de inclusão e objetivando o fortalecimento da prática, foi realizado o minicurso “Inclusão sob um novo olhar”, no *Facebook*. Pôde-se constatar um avanço pedagógico para a maioria dos cursistas/professores em duas vertentes, a saber: tanto no aspecto da sensibilização quanto na alta expectativa em criar possibilidades metodológicas em prol da aprendizagem desses alunos. Alunos estes que precisam de tempos e metodologias diferentes para que as aprendizagens se materializem e se solidifiquem.

No que se refere ao minicurso aplicado, percebe-se uma evolução na prática pedagógica, bem como no processo de inclusão, observados nos depoimentos postados pelos cursistas no *Facebook*.

Oportuno informar que, infelizmente, o minicurso não atingiu todos participantes da forma esperada. A intenção das mediadoras era de 100% de quebra de barreiras atitudinais e do fortalecimento da prática pedagógica dos docentes participantes, porém foi detectado, através do questionário I, alguns cursistas com postura pedagógica indiferente às propostas que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar.

Salienta-se que, de acordo com depoimentos dos participantes, a aplicabilidade do minicurso proporcionou a estes mais conhecimentos no que se refere à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, sinalizando caminhos pedagógicos e condições inerentes ao desenvolvimento do trabalho com alunos que possuem deficiência, minimizando assim, medos, angústias e frustrações.

Conclui-se que a formação continuada é essencial para que o processo da inclusão de pessoas com deficiência se efetive a cada dia dentro da escola de modo a implicar mudanças expressivas no atual cenário educacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, P. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 20 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. **Lei 9.394/96**, 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 19 maio 2020.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Linha do tempo: Educação Inclusiva. TV USP Bauru, 2015. (28m04s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98xIY>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FERREIRA, Jacques de Lima; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro;

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

ROMANOWSKI, Joana Paulin. A Rede Social *Facebook* na Formação Continuada de Professores: uma possibilidade concreta. **Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME**, v.8, n. 2, p.550-567, mai./ago. 2013. Disponível em: < <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3608/2396>>. Acessado em: 20 maio 2020.

FERREIRA, Jacques de Lima; CORRÊA, Barbara Raquel do Prado Gimenez; TORRES, Patrícia Lupion. **O uso pedagógico da rede social *Facebook***. In: TORRES, Patrícia Lupion; WAGNER, Paulo Rech. *Redes Sociais e Educação: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <<http://www.ead.pucrs.br/ebook-ricesu2012/>>. Acessado em: 10 jun. 2020.

FREITAS, Vanessa Turcheti da Costa Leite de. A formação do professor na perspectiva da inclusão. UFPR, Curitiba/PR, 2014. p. 169-179. < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46966/R%20-%20E%20-%20VANESSA%20TURCHETI%20DA%20COSTA%20LEITE%20DE%20FREITAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 29 jun. 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020**. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás, ANO 183, Nº 23.284. Disponível em: <<http://diariooficial.abc.go.gov.br>>. Acessado em: 10 maio 2020.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.proinclusao.ufc.br/wpcontent/uploads/2017/08/barreiras-atitudinais-e-formacao-de-professores-iii-conedu.pdf>>. Acessado em: 01 jun. 2020.

MACHADO, L. M. Mercado global: a esfinge do presente. In: SILVA JUNIOR, C. A. (Org.). *O profissional formado por seu curso está preparado para as exigências da nova ordem mundial? São Paulo, Pró-Reitoria de Graduação da UNESP, 1996. p. 91-106 (VI Circuito PROGRAD).*

MANTOAN, M. T. E. **Acolhimento de alunos com deficiência deve ser pensado caso a caso**. Instituto Claro, 2018. (11m03s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a4NtfG98xIY>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, Maria Angela de. **Potencialidades Didáticas e Pedagógicas do *Facebook* como uma Comunidade de Prática Virtual para a Formação Continuada de Professores de Matemática**. Tese de Mestrado, UNESP, Campus de Rio Claro/SP, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154916>>. Acessado em: 15 maio 2020.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

SAVIANI, D. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 3, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art2\\_3.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art2_3.html)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Neusa de Fátima da; RODRIGUES, Rosane Martins de Oliveira; LOPES, Vanessa de Araújo. **VIVENCIANDO UMA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.**

SILVA, Joelci Mora; URT, Sônia da Cunha. Professores e *Facebook*: Uma experiência de formação. **EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação**, USP/SP, 2017.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 01 nov. 2019.

Recebido em 01/06/2021

Aprovado em 06/07/2021